

APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY-RJ

MARIANA FREITAS PRIESTER INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, MARIANA, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana–MG, Brasil. E-mail:maripriester@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p118-144>

APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY-RJ

MARIANA FREITAS PRIESTER

RESUMO

A partir da pesquisa desenvolvida em 2015 com usuários (moradores ou não) do Bairro Histórico de Paraty sobre o impacto das intervenções realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no conjunto arquitetônico da cidade, foi observada a recorrente utilização de categorias como identidade e tradição para explicar essa relação. Buscamos analisar como essas categorias são acionadas na disputa simbólica pelo espaço urbano, considerado patrimônio nacional. Interessa-nos assim observar como essas categorias estão associadas às visões sobre as intervenções preservacionistas na cidade, pois o sentido de patrimônio está relacionado a uma representação simbólica de memória e identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade cultural. Tradição. Tombamento.

APPROPRIATIONS AND PERCEPTIONS ON THE HISTORICAL DISTRICT OF PARATY IN RIO DE JANEIRO

MARIANA FREITAS PRIESTER

ABSTRACT

Research carried out in 2015 with users (residents or not) of the historical district of Paraty about the impact of interventions by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan) in the architectural ensemble of the city observed the recurrent use of categories such as identity and tradition to explain that relationship. We intend to analyze how those categories are triggered in the symbolic dispute for the urban space considered national heritage. We are interested in observing how those categories are related to views about preservation interventions in the city, because the sense of heritage is related to a symbolic representation of memory and identity.

KEYWORDS

Cultural Identity. Tradition. Heritage listing.

1 INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa desenvolvida em 2015 com usuários (moradores ou não) do Bairro Histórico de Paraty sobre o impacto das intervenções realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Conjunto Arquitetônico da cidade, foi observada a recorrente utilização de categorias como identidade e tradição para explicar essa relação. Analisamos, neste artigo, como essas categorias são acionadas na disputa simbólica pelo espaço urbano, considerado patrimônio nacional.

O termo tradição é acionado por uma parcela da população paratiense que o utiliza como uma maneira de reforçar sua identidade, baseada no sentimento de preeminência em relação aos que vieram depois e com os quais têm de interagir. As mudanças que ocorreram na cidade geraram classificações, como “os de dentro” e “os de fora”. Essas mudanças também se refletiram nas percepções dos moradores sobre sua identidade e tradição. Assim, interessa-nos observar como essas categorias estão associadas às visões sobre as intervenções preservacionistas na cidade, pois o sentido de patrimônio está relacionado a uma representação simbólica de memória e identidade.

Consideramos que as cidades vivem em constantes transformações, pois possuem uma dinâmica sociocultural e ambiental e, como afirma Santos,

“[...] uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas. Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar com mais propriedade de história – de história urbana pelo menos [...]” (1986, p. 59).

Essa ideia se aplica a bens tombados individualmente e a conjuntos e sítios históricos como também a seus respectivos entornos que, após serem patrimonializados, não foram isolados da dinamicidade da vida cotidiana (NITO; PRIESTER, 2015, p. 999).

É preciso tecer alguns comentários sobre o início da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na cidade de Paraty. Segundo Augusto da Silva Telles, no livro *Memórias do patrimônio: entrevista com Augusto Silva Telles* (Thompson, 2010), Rodrigo M. F. Andrade costumava ouvir a opinião de Lúcio Costa nas decisões sobre os tombamentos, e no caso de Paraty não foi diferente, conforme o seguinte parecer em resposta às considerações de Carlos Drummond de Andrade:

De acordo. Parece de manifesta conveniência a inscrição do Conjunto Arquitetônico de Parati nos livros do Tombo, sobretudo tendo-se em vista que proprietários locais principiam a relutar em se submeter à determinação da Dphan, sob alegação da cidade não se achar efetivamente sujeita ao regime do tombamento tal como foi instituído na Legislação Federal. De outra parte cumpre ponderar que a fisionomia antiga de Parati se acha melhor conservada que de diversas cidades coloniais mineiras tombadas em conjunto, tal como São João Del Rei e Mariana. Peço, entretanto, o parecer do Diretor da DET, o arquiteto Lúcio Costa (ANDRADE, 1957).

É interessante notar que, pelo que vimos, mesmo a cidade não sendo efetivamente inscrita nos Livros do Tombo, os moradores de Paraty, que tanto almejavam o progresso nos tempos de isolamento, pareceram submeter-se às orientações da Instituição e eram mesmo gratos a ela pelas obras que faziam nos casarões arruinados. Com a chegada dos primeiros visitantes das capitais, o ‘olhar estrangeiro’ começou a alterar essa configuração ao questionar o porquê de seguir tais orientações, já que a cidade não seria de fato tombada. Isso porque Paraty, mesmo não inscrita em nenhum Livro de Tombo, era protegida pela Instituição como se fosse.

A cidade foi, primeiro, elevada a Monumento Estadual do Estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto-lei Estadual n. 1.450, de 18 de setembro de 1945. Em 13 de fevereiro de 1958 foi tombado pelo Iphan, em nível federal, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Paraty e, separadamente, o prédio da Santa Casa; os dois foram inscritos nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas Artes. Em 1966, todo o município foi elevado a Monumento Nacional por meio do Decreto-lei n. 58.077, de 24 de março. Em 01 de março de 1974, novo tombamento pelo Iphan, incluindo o entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty, inscritos nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no das Belas Artes, volume I. A elevação a monumento nacional e o tombamento do município de Paraty fizeram parte de um esforço para preservar o conjunto arquitetônico e sua paisagem envoltória, ameaçados pela iminente expansão da cidade.

A partir de 1947 a área urbana erigida em Monumento foi demarcada e a zona urbana dividida em dois bairros: Histórico e Industrial, por meio do Decreto-lei nº51, de 27/05/1947, que instituiu o Código de Obras Municipal. Esse Código permitia novas construções dentro do Bairro Histórico, desde que as características destas se “ajustassem” às das antigas, e que o alinhamento fosse mantido ao das construções pré-existentes. Determinava também que os terrenos vagos não poderiam ser fechados por meio de gradis e que os projetos propostos para a cidade fossem aprovados pelo município ou pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico (Dphan). Nessa época o Iphan já funcionava há 11 anos, tendo começado experimentalmente em 1936, com a direção de Rodrigo M.F. de Andrade, passando a integrar a estrutura do MES com a Lei nº378 de 13/01/1937.

Em 1972 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Paraty (PDIPBH), contratado pelo Iphan e desenvolvido pela Companhia Nacional de Planejamento Integrado (CNPI), com a participação do arquiteto Frédéric de Limburg Stirum. Segundo a arquiteta do Iphan, Isabelle Cury, durante a elaboração desse plano os paratienses participaram ativamente dos trabalhos, sendo inclusive contratados pela CNPI. A população teria mantido um diálogo com o Iphan opinando sobre os critérios de intervenção dos imóveis.

Na década de 1980 novos parâmetros urbanísticos, pautados na legislação municipal, são aplicados no município, sendo essas as principais leis: a Lei n. 608 de 25 jun. 1981, que fixa normas para o zoneamento da área urbana e de expansão urbana do município, ratificada pela Portaria Iphan n.10 de 24 set. 1981, a qual estabelece critérios objetivos para aprovação, pelo órgão federal competente, de quaisquer obras e edificações no município; a Lei n. 609 de 25 jun. 1981, que regula o parcelamento do solo para fins urbanos, no município; Lei n. 699 de 03 set. 1985, - que - regula o parcelamento do solo para fins urbanos; Lei n. 720/86, que instituiu o Código Municipal de Posturas; e Lei n. 706/99, que dispõe sobre o gabarito das edificações. Além da legislação municipal ratificada pelo Iphan, também foram desenvolvidos estudos técnicos sobre temas específicos necessários à gestão e conservação do Conjunto. Dentre eles, o estudo realizado para a definição de critérios para a ocupação de lotes vagos (elaborado por Isabelle Cury na década de 1980) o qual levou em conta os critérios de Parcelamento do Solo e Obras Novas do Plano de 1972 - por sua vez incorporados ao Código de Obras Municipal de 1983, vigente até os dias atuais. A legislação de Paraty abordou sistematicamente alguns critérios facilmente identificáveis: altura das edificações, parcelamento, traçado urbano, obras novas (incluindo reconstruções) e a questão dos vazios urbanos. No que concerne ao entorno, temos a definição de um raio de 5 km ao redor do Bairro Histórico, a questão do adensamento, restrito pelo gabarito das edificações, e a questão das coberturas em telha cerâmica. Cada código pode ser lido a partir do enfoque que dá a esses problemas, e cada enfoque corresponde a uma visão sobre o pensamento preservacionista.

Ao analisar a arquitetura civil a partir da percepção das apropriações estabelecidas pelos usuários dos imóveis, é possível avaliar as intervenções ocorridas e seus diálogos com o presente. Por apropriação entendemos as ações ligadas às transformações ocorridas nos imóveis por meio de alterações em seu uso – residencial, comercial, institucional, por exemplo – e às transformações socioeconômicas e culturais ocorridas no sítio tombado desde sua patrimonialização. É por meio delas que será analisada, com mais clareza, a relação de identidade dos usuários com o Conjunto Arquitetônico, dadas as transformações sociais pelas quais o Bairro Histórico passou na última década.

Com base em entrevistas, analisamos as alterações de uso dos imóveis ocorridas na cidade de Paraty a partir da segunda metade do século XX. Além de refletir sobre como os usuários veem o trabalho de preservação do Iphan, quais relações de memória mantêm com a cidade, de identidade com o espaço e suas maneiras de apropriação do Conjunto.

2 IDENTIDADE E TRADIÇÃO

Na cidade de Paraty podemos identificar algumas narrativas que construíram identidades distintas sobre a complexidade do lugar. Poderíamos tomar como exemplo as narrativas de grupos de moradores que habitavam o Bairro Histórico na época de seu tombamento; narrativas dos novos moradores que ali estabeleceram residência buscando o isolamento que a vila ainda mantinha quando foi redescoberta, na segunda metade do século passado; os discursos dos diversos órgãos de preservação que estão hoje presentes na cidade; as narrativas dos turistas que circulam diariamente e fazem parte de uma população sazonal; as narrativas dos jovens moradores de Paraty que ainda mantêm uma proximidade com o Bairro Histórico, seja por suas famílias conservarem imóveis na região, seja por compartilharem da memória de seus antepassados. Tais narrativas buscam associar as identidades ao lugar e estão em permanente disputa por legitimidade. Essas identidades distintas e fragmentadas apontam também para o que conceitualmente é conhecido como a crise identitária de uma memória hegemônica.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), Stuart Hall trata da questão da identidade, postulando da seguinte maneira: velhas identidades estão em declínio, e novas identidades estão se apresentando fragmentadas no indivíduo moderno (HALL, 2006). Segundo o autor, uma transformação estrutural teria ocorrido na sociedade moderna ocidental no final do século XX, período denominado pelo autor de “modernidade tardia”, fragmentando as “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2006, p. 9). Em outros tempos, para ele, seriam essas “paisagens culturais” que forneciam sólida localização do indivíduo na sociedade, e sua fragmentação levaria à perda do “sentido de si”, da estabilidade do indivíduo – situação chamada pelo autor de deslocamento do sujeito, constituindo-se em uma “crise de identidade”,

advinda de um duplo deslocamento: o deslocamento do indivíduo do seu lugar no mundo social e cultural e de si mesmo (HALL, 2006).

Assim como Hall, Joël Candau fala de uma atual “crise do presentismo”, na qual há um desaparecimento de referências e a diluição de identidades:

[...] em um contexto de esgotamento de grandes memórias organizadoras do laço social, em uma época marcada pelo retrocesso de memórias fortes em proveito de memórias múltiplas, confusas e oportunistas, o recurso às retóricas holísticas (memória coletiva, identidade coletiva etc.) para definir e descrever as relações entre memória e identidade à escala de grupos torna-se cada vez menos pertinente (CANDAU, 2014, p.12).

Para o autor, a memória nos modela e, ao mesmo tempo, é por nós também modelada. Isso resumiria a dialética entre memória e identidade, que se “nutrem mutuamente” produzindo uma “trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (idem, p. 16). É a memória que fortalece a identidade, tanto em nível individual quanto no coletivo - com isso o autor admite que o patrimônio seria uma dimensão da memória. O autor faz uma diferenciação entre memórias fortes e memórias fracas, e distingue a memória em três manifestações diferentes, a protomemória, que seria uma memória-hábito, memória-repetição; a memória em seu sentido comum, de evocação; e a metamemória, que seria a

[...] representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela [...] a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva [...]. A protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da *faculdade* da memória. A metamemória é uma *representação* relativa a essa faculdade (idem, p. 23).

A memória fraca seria superficial, desorganizadora de sentidos, não podendo ser compartilhada pelos indivíduos; já a memória forte seria estruturadora de identidade. O autor se refere a esse último conceito como sendo retóricas holísticas, o que é entendido como o uso de termos e expressões que “visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos” (CANDAU, 2014, p.29). As retóricas holísticas são uma herança de disciplinas,

como a Sociologia e a Antropologia Social e Cultural, que, “no quadro de problemáticas integrativas e de esquemas de pertencimento, constituíram uma boa parte de seus vocabulários na era industrial, quer dizer, na era das massas representadas (pensadas) como entidades coletivas.” (2014, p. 29)

Na época do tombamento do Conjunto Arquitetônico de Paraty, criou-se uma retórica holística ao se atribuir ao Bairro Histórico a representação da memória coletiva ou da identidade coletiva da cidade de Paraty e de seus moradores. À época essa retórica estava baseada em representações factuais. A cidade constituía-se basicamente no Conjunto, o que teria criado um grande nível de aceitação e pertinência. Atualmente, a cidade moderna cresceu ao redor do Conjunto, que deixou de ser o centro da cidade de Paraty. Nas entrevistas realizadas podemos notar que atualmente essa retórica está começando a atingir um grau de pertinência fraco ou nulo, não somente pela perda de valorização dos imóveis tombados, devido ao alto grau de descaracterização que alguns atingem, mas pela falta de sentido que o lugar poderá exercer na vivência das novas gerações paratienses.

Muitos dos novos habitantes que foram para Paraty logo após seu tombamento estavam, por exemplo, em busca de uma comunidade tranquila, de um paraíso, de um lugar aconchegante e protegido dos grandes centros. Porém, esses moradores assistiram à transformação da cidade em função do turismo, o qual gerou necessidades de expansão e a perda de muitos moradores antigos do Bairro Histórico, que passou a abrigar pousadas e comércios voltados para as épocas de alta temporada. Atualmente, o Bairro passou a ser visto por alguns pesquisadores, como a arquiteta Ana Consciência (2009), e por moradores locais quase como um cenário para motivar seu principal atrativo econômico, o turismo. Por outro lado, em contraposição a esse movimento de globalização e abertura que vem ocorrendo em Paraty, podemos assistir também a um movimento contrário, o fenômeno descrito por Hall quando o autor afirma que, junto com o impacto “global”, há o novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades purificadas.

Uma parcela da comunidade dos moradores mais antigos da cidade, preocupada em manter e valorizar suas tradições, encaminhou ao Iphan,

por meio do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP¹), a demanda pelo reconhecimento da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, o que acabou gerando seu reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro ao ser inscrito no Livro de Registro das Celebrações em 2013. Segundo o dossiê apresentado pelo IHAP para essa candidatura, é no Bairro Histórico da cidade que estão localizados os principais espaços da Festa. Em função das peculiaridades de Paraty, no processo de preservação de seu conjunto urbano foi dado destaque à formação de uma identidade local específica, realçando, entre outras coisas, o modo de vida tradicional, as relações sociais e as festas religiosas. Para a realização destas, espaços como a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a Praça da Matriz e as casas de famílias paratienses se abrem para ser a Casa do Festeiro.

A dinâmica e o uso do espaço preservado do Bairro Histórico de Paraty participam da construção das identidades dos habitantes que remetem às memórias de acontecimentos passados, à paisagem, às edificações e à prática das tradições incorporadas pela comunidade na Festa do Divino:

Portanto, o patrimônio edificado, tais como as igrejas e todo o casario colonial preservado do Centro Histórico, juntamente com toda a cidade, está intimamente relacionado às manifestações culturais religiosas, dentre as quais é evidente o lugar da Festa do Divino Espírito Santo, que evoca uma espécie de sociabilidade comunitária, fundamental na construção da identidade social e coletiva dos paratienses e, como veremos, do Brasil (IHAP, 2009-2010, p. 09).

Segundo o Dossiê de Candidatura, alguns moradores dizem que, mesmo não estando comprometidos com alguma etapa de organização da Festa, não deixam de fazer doações em dinheiro ou produtos. Pessoas que em algum momento se negam a contribuir são apontadas como “as de fora”, não originárias de Paraty, na maioria das vezes donos de grandes hotéis ou pousadas locais:

1. O Instituto Histórico e Artístico de Paraty é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, instituída juridicamente em 6 de junho de 1976 por moradores da cidade preocupados em preservar a memória local, assim como o patrimônio material e imaterial do município. Promove a difusão de artes e ofícios, ações referentes à educação patrimonial e à preservação do meio ambiente por meio de palestras, cursos, exposições e edições de livros. Para mais informações sobre o IHAP, ver: <<http://www.ihap.org.br/index.php>>.

O conhecimento sobre a organização e a dinâmica da festa, mesmo sem estar envolvido diretamente com ela, é elemento que corrobora com a hipótese de que a Festa do Divino faz parte do processo de socialização da população paratiense. Por exemplo, ao conversar com um festeiro que hoje em dia, por motivos de doença, não faz mais parte diretamente da organização da Festa, este mencionou que sempre fica sabendo do andamento, porque é uma festa do pessoal local, de amigos. Todos sabem descrever, por exemplo, os nove dias da celebração e as regras para a escolha do festeiro. Ter domínio sobre essas informações faz parte do “saber incorporado”. Como os moradores dizem: as pessoas de Paraty, ou seja, aquelas que nasceram e têm família ali, sabem sobre o Divino. “É um fator que distingue quem é local, de quem é de fora.” (IHAP, 2009-2010, p. 43)

Ao mesmo tempo em que é possível perceber o fenômeno da “homogeneização cultural” decorrente da influência global que o turismo fomenta no cotidiano da cidade e que amplia o sentido de fragmentação das identidades locais, podemos perceber também, como vimos, um novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades ditas purificadas. Por isso a afirmação que Hall e Candau fazem em seus respectivos ensaios de que é improvável que a globalização destrua as identidades nacionais (ou locais, no caso de uma cidade e não de uma nação), mas que essa nova articulação entre o global e o local poderá gerar novas identidades “globais” e novas identificações “locais” e que as culturas híbridas são novos tipos de identidade criados na modernidade tardia (HALL, 2003), é extremamente pertinente quando procuramos entender as questões das categorias de identidade e tradição que permeiam o contexto de uma cidade como Paraty.

3 SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY

A partir de meados do século XX, mudanças começaram a ocorrer no perímetro urbano protegido do Bairro Histórico². Os novos visitantes

2. O Código Municipal de Obras de 1947 dividia a cidade em Bairro Histórico e Bairro Industrial. Foi determinado que o tombamento compreenderia todos os logradouros e edificações situados nos limites do Bairro Histórico mencionado no Código: Art.4º - O Bairro Histórico é delimitado por uma linha que, partindo do eixo da Praça da Pedreira e passando pela foz do Rio Matheus Nunes, corre pelo litoral da Baía de Parati, segue pela margem direita do Perequê-Açu e atinge novamente a Praça do Pedreira pelo Beco do Propósito.

que começaram a frequentar a cidade – em sua maioria, genericamente reconhecidos pela população local como “paulistas” –, compravam velhas casas e sobrados a preços baixos. A movimentação de artistas plásticos e intelectuais em busca de aspectos e costumes tradicionais de outros tempos que acreditavam ainda existir na cidade, marcou a década de 1960. Segundo Mello e Souza: “pintores vinham retratá-la, poetas buscar inspiração e mais tarde cineastas usaram seus cenários para filmes inovadores [...]” (1994, p. 100). Tudo isso consolidou um significado do sítio que associa a cultura e as relações sociais tradicionais com a busca de um espaço de liberdade cultural e social, ocupado por segmentos urbanos ligados à criação artística ou à busca de modelos alternativos de vida.

Com essa nova efervescência, o comércio ganhou revitalização, ainda que pequena, e o Bairro começou a sentir os primeiros efeitos do esvaziamento de famílias locais, pois, quando os turistas retornavam para as capitais, as casas adquiridas ficavam fechadas a maior parte do ano (MELLO e SOUZA, 1994). A partir da década de 1970, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, parecia que a cidade entrava em um incontornável processo de transformação e expansão.

A partir daí esses novos moradores de Paraty adotaram a cidade como um meio de vida, tornando-se proprietários de seus próprios negócios “individuais” e transformando o perfil socioeconômico do Bairro Histórico, cujo comércio se voltou, cada vez mais, para bens de consumo exclusivos, naturalmente com um perfil de consumidores de renda mais elevada.

Na década de 1990, uma série de eventos marcou uma ressignificação do sítio, que passou a ser percebido não mais como um retrato de um modo de vida pacato e tradicional, lugar paradisíaco e destino dos herdeiros dos movimentos culturais dos anos 1960 e 1970, mas como um “novo lugar de cultura”, cuja imagem passou a ser construída em torno da existência do antigo Caminho Velho – efêmero caminho, instalado entre o final do século XVII e a primeira década do século XVIII, para o escoamento de ouro. Em oposição ao antigo sentimento relacionado ao isolamento e à simplicidade dos modos de viver e do estilo arquitetônico colonial basicamente vernacular, começou-se a construir uma história “nobre” para a cidade ligada ao ouro e à riqueza.

Esse movimento de “descoberta” teve, em 2003, alguns de seus marcos principais: o Decreto Municipal n. 92/2003, que “tomba” o Caminho do

Ouro, e o projeto de revitalização de suas ruínas, tentativa empreendida entre 2002 e 2003; e uma série de publicações que giram em torno das tradições e da história oral ou documental da cidade³. Também em 2002 acontece a primeira Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), que projetou novamente a cidade no cenário cultural nacional e internacional.

Isso implica em dois movimentos antagônicos em relação ao sítio: um de transformação e outro de conservação; ambos tendo como mote principal a posse de seu significado. Essas ações estão presentes na compreensão das intervenções que ocorreram no Bairro Histórico de Paraty e das formas como elas foram ou não apropriadas pela população.

4 APREENSÃO DO OLHAR LOCAL

Para gerar uma reflexão a respeito de como os moradores veem o trabalho de preservação do Iphan, quais maneiras de apropriação estabelecem com o Conjunto e quais são suas impressões e memórias da cidade, foram elaboradas entrevistas que serão apresentadas no próximo item. Questões como: a apreensão das alterações no Conjunto; quais são suas memórias mais antigas; quais são as identificações pessoais com o local; como o usuário vê os turistas que não cessam de caminhar entre as ruas do Conjunto, que observam o espetáculo sem se envolver; quais são os valores atribuídos ao Bairro Histórico e aos imóveis do Conjunto. Foi entregue um total de 20 questionários abertos, respondidos manualmente ou por meio de entrevistas guiadas pelo roteiro do questionário – nove questionários respondidos e 11 entrevistas realizadas.

Os sujeitos entrevistados foram selecionados a partir da premissa de que mantinham alguma relação de pertencimento com o Bairro Histórico de Paraty. Essas relações de vínculo puderam ser percebidas entre os paratienses que residem no Bairro Histórico; os que não residem, mas mantêm um imóvel no local, geralmente imóveis que estão na família há gerações; comerciantes que têm vivência diária nesse espaço; e profissionais que desenvolvem seu trabalho no local – no caso, arquitetos envolvidos em obras

3. Como, em 2003, a publicação do livro *A história do Caminho do Ouro em Paraty*, do ator e diretor do teatro Espaço, Marcos Caetano Ribas, e do *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty 1801-1883*, organizado por Maria José dos Santos Rameck e Diuner Mello com o apoio da Câmara Municipal de Paraty.

nos imóveis do Conjunto. Os moradores do Bairro Histórico nascidos em Paraty acabaram formando uma rede, indicando outras pessoas, e assim foi possível entrar em contato com oito moradores do Bairro Histórico e originários da cidade. A adoção de uma metodologia de entrevistas que parte de uma rede de conhecidos tende à homogeneização dos discursos, pelo fato de serem pessoas que se conhecem. Se, por um lado, essa amostra resultante de indicações dos próprios entrevistados representa narrativas mais uniformes, por outro, ela ainda permite identificar alguma diferenciação em função das atividades econômicas, dos usos das edificações (residentes e veranistas), da idade dos entrevistados.

No caso dos questionários respondidos manualmente, a entrega foi feita, em sua maioria, de forma aleatória, ao longo de frequentes idas ao Bairro Histórico e da abordagem das pessoas nas edificações, moradias ou comércio. Dessa maneira, as respostas podem ser definidas como menos tendenciosas. O tamanho da amostra referente aos questionários, nove, não foi grande, pois a análise das respostas, em função de sua maior heterogeneidade, demandaria um tempo mais longo para a realização da sistematização das informações.

Um tema não mencionado diretamente nas questões apresentadas pelo questionário foi o turismo, porém respostas relacionadas às alterações ocorridas no local por vezes abordaram o tema, de modo que não sentimos a necessidade de incluir uma pergunta mais direta sobre o assunto.

O grupo entrevistado ficou estabelecido da seguinte maneira:

- Dos 11 paratienses que responderam as questões, 8 fizeram parte da rede de indicações, os outros 3 foram selecionados de modo aleatório; 8 são residentes no Bairro Histórico (dos quais 2 também possuem comércio no local); 2 residentes na cidade que mantêm ateliê no Bairro Histórico; e 1 morador no Rio de Janeiro que mantém a residência da família no Bairro e vai periodicamente a Paraty para acompanhar as festas religiosas.
- 4 moradores do Bairro Histórico originários de outros estados brasileiros – dos quais 2 paulistas (um com residência temporária há 23 anos, e a outra, moradora da cidade há 30 anos, no Bairro Histórico há mais de 20 anos), 2 mineiros (um residente há 68 anos no Bairro, e outro, morador da cidade há 34 anos, no Bairro Histórico, há 22 anos). Os moradores mais antigos estabeleceram uma relação de

forte vínculo com o Bairro, apesar de ainda serem considerados de fora pela população local. Dos quatro sujeitos que responderam as questões, todos foram selecionados de maneira aleatória, apesar de termos conhecimento de que o mais antigo, um mineiro residente há muitos anos no local, mantém relações de vizinhança com outros paratienses do Bairro Histórico.

- 1 inglês – com residência temporária há 15 anos no Bairro Histórico; escolhido de maneira aleatória, mantém uma relação de temporada no Bairro.
- 2 paulistas, arquitetos que desenvolvem projetos no Bairro Histórico desde a década de 1970/80 – um deles residente na cidade há 35 anos, que, apesar desse longo período, ainda se sente como alguém que veio de fora. O outro não reside mais em Paraty, porém ainda executa trabalhos no local e mantém vínculos de amizade com alguns proprietários de imóveis, em sua maioria, também paulistas. Esses dois sujeitos foram selecionados a partir de um prévio conhecimento de seus trabalhos por meio das pesquisas realizadas nos arquivos da Instituição.
- 1 mexicana – possui ateliê no Bairro Histórico há 26 anos, onde morou por 10; 1 carioca – possui ateliê no Bairro Histórico há 10 anos.
- Os entrevistados tinham faixa etária entre 46 a 87 anos⁴.

5 APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES

A respeito das transformações ocorridas no Conjunto Histórico e das memórias mais antigas, os nascidos na cidade trouxeram ricas, e por vezes fantasiosas, lembranças de uma época em que Paraty se restringia ao Bairro Histórico: “[...] Depois era mata virgem. Não tinha Mangueira, Ilha das Cobras, Bananal... Tinha sítios e fazendas longínquas, como Mamanguá, Sono, Laranjeiras...”. Alguns de memória um pouco mais recente recordam-se de casas na Patitiba, Pontal e Chácara. Não havia luz elétrica, apenas hidráulica, e postes de ferro localizados no meio das ruas, que segundo alguns relatos iluminavam um fiozinho de luz... Como todos se conheciam, como uma grande família, ficar na rua até tarde, no escuro, era um hábito

4. O nome dos entrevistados será referido apenas no referencial bibliográfico como fonte de pesquisa.

dos jovens moradores de então. A rotina ocorria de maneira pacata e simples, com brincadeiras de rua, a convivência era tranquila.

As lembranças das casas arruinadas e das que iam se arruinando antes do tombamento ainda estão presentes em alguns relatos, como a lembrança de um belo casarão em frente à praia que fora se arruinando até cair, e cujo local hoje se encontra uma pousada. Ou como no caso do casarão que hoje abriga o Fórum. Há um relato que descreve o desabamento do casarão original, de noite, enquanto havia alguns jovens na rua e todos correram para ver o que havia sido o barulho, porém o casarão fora reconstruído e hoje seria praticamente “o mesmo casarão”.

Da convivência familiar pouco restou: segundo estimativas dos moradores remanescentes, 80% dos moradores venderam suas casas, e não foi costume retornarem ao Bairro, pois “tem tudo lá fora”, não há mais a vizinhança. Atualmente os moradores associam a falta de segurança ao surgimento do tráfico de drogas na cidade. Contudo, há ainda os que mantiveram o antigo hábito de ficar na porta até tarde vendo o movimento dos turistas. É uma forma de serem reconhecidos como moradores e por isso sentem-se seguros, pois “há um respeito”. Muitos recordam das brincadeiras de criança na rua, andar de canoa na maré cheia, brincar de roda, pescar... Recordam-se de que no Bairro Histórico as portas das casas ficavam abertas, o que atualmente não ocorre mais por questões de segurança, além de o local ter se tornado um “*shopping center* na horizontal”. O termo empregado refere-se ao uso atual de muitas das edificações, ocupadas por bares, restaurantes e lojas.

Sobre a perda da vizinhança antiga, há um ressentimento forte entre os moradores que se consideram tradicionais: é neles que se pode notar a diferenciação clara que estabelecem entre os de fora e os naturais de Paraty. O costume de se sentar no lado de fora da casa no fim do dia e observar o movimento, enquanto as crianças brincavam, alimentava o entendimento entre os vizinhos. Muitas das casas atualmente são de proprietários com alto nível econômico, o que gera uma dicotomia na relação com famílias tradicionais que se ressentem pela falta de comunicação, considerando uma falta de respeito, o que transparece na seguinte frase: “No tempo que morava paratiense analfabeto, pobre aqui, o povo tinha educação”.

Na década de 1960, o clube da cidade, o Paratiense Atlético Clube – hoje Casa da Cultura –, era onde ocorriam as festas nos finais de semana.

Junto das reuniões na Praça da Matriz, eram os programas da cidade. Na Praça, os moradores se reuniam para escutar um programa de rádio chamado “Jerônimo, o herói do sertão” e jogar futebol; no verão a praia frequentada era a do Pontal. Há um relato que demonstra bem a transformação do Bairro Histórico, outrora um lugar bucólico com casas em ruínas, para um local de lojas e comércio turístico; tal fala se refere a um bar onde hoje se encontra a loja Richard e nas décadas de 1960/70 costumava ser ponto de encontro de intelectuais, artistas plásticos, paulistas e paratienses.

Os poucos carros que havia apareceram na década de 1960, pela Paraty-Cunha. Atualmente são proibidos de entrar no Bairro Histórico, porém, na temporada, lotam a Rio-Santos e não param de chegar, sustentando o turismo. Na década de 1970, o conjunto tombado se constituía do centro da cidade, era onde havia os bancos, a prefeitura, as padarias, casa de material de construção. A praça continuava sendo o ponto de encontro, onde todos se misturavam: “o servente, o dono da obra, o arquiteto”. A sociedade paratiense mantinha sua identidade, havia as famílias mais ligadas à área rural, e as que mantinham comércio na cidade. É interessante a comparação, feita por um dos entrevistados, entre Paraty e a cidade de Ubatuba. Ele, ao se referir à cidade litorânea paulista, ressalta que o fluxo de pessoas que a ocupou foi tão grande que atualmente quase não há vestígios da sociedade que havia por lá; o mesmo não ocorreu em Paraty, lá a comunidade local conseguiu manter sua identidade. “Era uma cidade com os moradores, que preservavam suas casas...E não um balneário.” A memória dos que ainda viveram tempos em que o acesso à cidade era difícil, feito por lancha, que vinha de dois em dois dias, contrasta com a da geração atual, já habituada a uma cidade moderna. A transformação social e econômica ocorrida no Bairro Histórico, principalmente nas duas últimas décadas, restringiu o uso residencial a alguns setores, como mencionado no seguinte relato: “Existem três lugares com caráter residencial ainda hoje no Bairro Histórico: Largo da Santa Rita, ao redor da Capelinha [Nossa Senhora das Dores] e Largo do Rosário”.

A metade dos entrevistados relaciona a identidade do paratiense ao Bairro Histórico, pela valorização econômica que trouxe à cidade, e entende, portanto, que a história da cidade faz parte da identidade de seus habitantes, mesmo que eles não estabeleçam nenhum outro vínculo direto com o Bairro, nem o frequentem. Associam, portanto, ao Bairro Histórico

o ressurgimento econômico e o progresso que a cidade conquistou devido ao turismo cultural, pelo qual ficou famosa. Há, entretanto, entre os sujeitos entrevistados, os que mantêm um orgulho em exaltar a cidade histórica e os antepassados, em ser paratiense, e se identificam com as tradições locais: “o grande diferencial de Paraty é ser uma cidade que tem todas as tradições, ela não foi feita para o turismo, foi feita para os moradores”. A identidade da cidade e do paratiense é frequentemente relacionada à maré que adentra as ruas do Bairro Histórico. Recordam-se das antigas marés que subiam o Bairro “quase todos os dias”, nelas se podia pescar, andar de caiaque e ressaltam que atualmente os turistas ficam receosos: “Você tem que explicar, senão eles acham que tá invadindo”.

A outra metade se posiciona de maneira mais crítica, generalizando a situação cultural do país de modo pessimista, de modo que o povo atualmente não deteria informação suficiente para valorizar e preservar seu patrimônio cultural, não estaria mais interessado nisso; portanto, a geração atual paratiense não se identificaria em nada com o Bairro Histórico. As críticas perpassam também a espetacularização a qual o Bairro está envolto: “[...] Os carroceiros⁵ não têm nada a ver com o Bairro Histórico, eles têm muitas vezes informações erradas e não respeitam os cavalos”. Como já foi dito, muitos utilizam o termo *shopping center* para caracterizar o local atualmente, e alegam que os ‘moradores’ [paratienses] quase não frequentam o Bairro Histórico, preferem morar fora do Bairro e fazer “casas modernas com piscina”. A falta da antiga vizinhança também é um sinal de que a identidade cultural estabelecida entre os antigos moradores e o Conjunto tombado se perdeu com o tempo: “Antes, no Bairro Histórico, estavam famílias antigas da cidade, a maior parte das casas é alugada ou de propriedade de turistas e lojas”. Ressentem-se da preservação material do Conjunto por ela ter custado caro aos paratienses e às famílias tradicionais: “Você não vê as pessoas de noite sentadas conversando [...] época de São João, a gente fazia fogueira na rua todo ano... Cadê, você vê alguma?”.

De maneira geral todos concordam que as festas religiosas ainda mantêm a tradição da cidade, assim como a cultura caiçara: “Ser paratiense

5. Os carroceiros são um grupo que trafegam de carruagem e cavalos pelo Bairro oferecendo passeios aos turistas, contam um pouco sobre o que sabem da história da cidade, do casario e das igrejas.

ainda hoje significa as festas, na igreja você encontra um monte de gente de Paraty. Porque, se você quer achar paratiense, você tem que ir pra Chácara, pra Patitiba”. Outras festas mais modernas também já estão se tornando tradicionais na cidade, como a Flip, a Festa da Cachaça e os festivais de música, como o Bourbon Festival e o Mimo, que fazem parte do calendário cultural e turístico da cidade. Essa movimentação cultural e econômica voltada para o turismo garante à cidade uma movimentação quase o ano todo, com pequenos períodos de baixa temporada. Contudo, em alguns relatos evidenciam-se alguma discórdia sobre o incentivo prioritário dado pela prefeitura ao turismo: “Eu acho uma loucura incentivar o turismo aqui nessa cidade, mas o pessoal só vê isso... Eu acho que é predatório.”

A conservação do Conjunto é atribuída ao tombamento e à atuação do Iphan na cidade. De um modo geral, todos os entrevistados citaram esse fato como algo positivo das ações do Instituto no local. Citam que, nos primeiros anos de atuação do órgão, havia uma resistência das pessoas em seguir as orientações, mas atualmente é algo incorporado na cidade. Tanto que muitos criticam a postura atual do Instituto que, segundo os entrevistados, não seria mais tão rigorosa quanto antes. Reconhecem que, se não fossem os anos iniciais de atuação da instituição, Paraty não estaria hoje conservada, pois cada proprietário teria feito o que quisesse com seu imóvel: “[...] Considero importante a preservação do Conjunto, senão vira favela e fica tudo horrível”.

Sobre as reformas empreendidas antes do tombamento, existem dois relatos interessantes, que demonstram a apropriação dos moradores em seus imóveis, alguns evidenciando elementos construtivos, como em um relato em que o proprietário descreve as paredes de sua casa e, ao notar por meio da queda do emboço da parede que esta era de “pedra e marisco”, resolveu descascá-la inteira e a deixar à mostra. Posteriormente conta que seu vizinho, o ator Paulo Autran, o teria copiado, mas a cópia não teria sido bem feita “[...] ele viu e gostou da parede e foi e descascou lá também, mas os pedreiros envernizaram, passaram um produto lá, ficou horrível...”. O outro relato destaca a eliminação de partes da casa e de elementos originais por não se enquadrarem nas necessidades dos proprietários. Durante a década de 1940, a casa que anteriormente teria sido uma padaria fora comprada por um mecânico, pai do atual proprietário que faz o relato: “O que ele fez? Ele

partiu a casa ao meio, porque não tinha dinheiro para reformar a casa toda [...] a primeira coisa que ele fez foi derrubar o forno da padaria, porque ele não ia fazer pão. Essa foi a primeira mudança na casa”.

As descaracterizações das edificações também não passam despercebidas. Elas são mencionadas em detalhes, como a colocação de telhas novas – paulistinhas ou telhões, que se distinguem das telhas de Cunha-SP (usualmente utilizadas pelos proprietários de imóveis) no arremate dos beirais de bico de andorinha, as calhas recortadas em pedra que escoam as águas dos lotes na rua e nas capistranas do calçamento que não se veem mais em muitas das ruas do Bairro Histórico, as alterações nas configurações dos lotes, até os detalhes de encaixe em madeira de esquadrias e cimalthas, como nesse relato: “Tinha o Dito Pipoqueiro que é carpinteiro [...] ele pegou um pedaço da cimaltha [de um imóvel que estava caindo e fora comprado], pregou todo o modelinho... Sabe um cara simples daquele, ter um cuidado de ver que é importante esse tipo de coisa?”

A crítica mais contundente entre os paratienses, residentes e/ou de famílias tradicionais da cidade, é sobre a transformação social e econômica ocorrida, e que ainda ocorre, no Bairro Histórico. A venda dos imóveis do Conjunto é constantemente associada ao Iphan, por considerarem que a Instituição não contribuiu para a manutenção das famílias tradicionais no bairro: “Como que o paratiense vai voltar a morar aqui de novo? Pra mim tá bonito, tá restaurado, mas tá triste, não tem a vida que tinha.”

Cabe aqui o questionamento: o destino dos sítios tombados, das áreas valorizadas culturalmente, seria o da especulação imobiliária, da gentrificação e o da espetacularização? Esse tipo de questionamento se torna pertinente à medida que surgem relatos como o que segue: “Eu, como estou um tempo fora e venho aqui muito em festa [...] Teve uma vez que vim em agosto. Fui assistir à missa. Saí da igreja eu fiquei impressionada quando eu vi essa praça [...] porque não tinha uma viva alma na praça num domingo...”

Sobre a homogeneidade do Conjunto e sua feição colonial, mantidas e, muitas vezes, determinadas pelo Iphan, a maioria dos entrevistados se lembra dele já com a fachada branca, apenas com os vãos coloridos; a homogeneidade do conjunto colonial foi incorporada pela geração que nasceu após o tombamento de Paraty. Os poucos que se recordam de casas coloridas, lembram-se também que, em muitas, não era possível distinguir

as cores devido ao estado de deterioração em que se encontravam os antigos imóveis, e fazem os seguintes relatos: “[...] Eu lembro de casas de outras cores, depois que veio o Patrimônio para cá que começou a ter mais controle. Eu prefiro do jeito que está hoje, é mais organizado”; “Antes havia um trabalho de prospecção para se descobrir qual a cor original da casa, mas hoje em dia isso não é mais feito pelo Iphan.”

A conservação atual dos imóveis do Conjunto, de um modo geral, é considerada satisfatória pelos entrevistados. Uns atribuem esse trabalho ao Iphan, e à prefeitura atribuem a responsabilidade pelos pontos negativos, como calçamento, iluminação, barracas de ambulantes. Mas há também um relato que atribui a conservação dos imóveis aos proprietários, que enfrentam grandes dificuldades, pois não contam com incentivos do governo: “A conservação do conjunto é da iniciativa privada, não tem nenhum incentivo [...] O imposto aqui é ainda mais alto do que se você mora fora do Bairro Histórico”. O contrário também é evidenciado no relato que pondera que após a abertura da rodovia Rio-Santos, as alterações nas características dos imóveis se intensificaram: “Não só pela troca de usos nas edificações, mas pela permissividade, pela liberdade. Os primeiros que descobriram Paraty tinham um respeito pelas casas, mas isso acabou há muito tempo. Os que ficaram não têm o mínimo respeito atualmente”. Outro ponto levantado é a falta de articulação, de diálogo entre a população e os técnicos do Iphan, e mesmo entre Iphan e Prefeitura, o que fica claro nos depoimentos a seguir: “Tem a Associação dos moradores do Bairro histórico, mas a gente fica esperando um maior entrosamento entre o Iphan e a Prefeitura. Tem que facilitar para as pessoas que querem fazer uma restauração, senão o povo faz escondido”.

Há ainda os que acreditam que não há colaboração nenhuma, nem por parte dos comerciantes, nem dos proprietários de imóveis residenciais, pois não há valorização do patrimônio pela geração atual. Esses posicionamentos ficam evidentes nos seguintes depoimentos: “A população deveria colaborar mais com a preservação, valorizando este patrimônio, mas a nova geração me parece que não tem consciência desta importância.”, “[o Iphan] Deveria fiscalizar essas coisas que colocam que não existiam, essas plaquinhas ‘Casa de fulano’, ‘casa da vovó’. Isso é coisa de gente de fora, os paratienses não faziam isso.”, e “Se deixado por si só, a população local já teria

descharacterizado totalmente o Bairro histórico. Como ocorreu em outras localidades, vide Angra dos Reis. A atuação do Iphan é imprescindível.”.

As recomendações extraídas das entrevistas, sobre as medidas que poderiam ser adotadas para auxiliar na preservação do Conjunto, respeitando as memórias dos habitantes perpassam os seguintes temas: maior abertura e diálogo por parte dos órgãos de preservação com a população; maior acesso às informações, aos parâmetros e critérios utilizados para intervenções nos imóveis; retirada das interferências no calçamento antigo, como pedras de cachoeira e paralelepípedos; inserção no conteúdo escolar de disciplina sobre a educação patrimonial, da história da cidade, das festas, da cultura e das tradições; mais fiscalização dos órgãos competentes; mais rigidez no controle sobre intervenções no Conjunto, como, por exemplo, sobre barracas montadas em eventos, ambulantes, poluição visual; linha de crédito, com juros baixos para os proprietários, para reformas de manutenção, conservação e intervenções atuais nos imóveis do Conjunto; aplicação efetiva das leis já existentes; avaliação dos interiores dos imóveis, pois nem sempre as fachadas condizem com os mesmos; criação de medidas para facilitar o acesso ao Bairro Histórico, principalmente para idosos, quando em casos de emergência; acesso da população às igrejas do Bairro Histórico; regulamentação do comércio no Conjunto, de ambulantes, barracas etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que, ainda que a amostra tenha se concentrado em uma determinada parcela da população e que seu universo seja relativamente pequeno, ela permite tecer considerações significativas sobre a atual situação da preservação do Conjunto.

A dinâmica social alterou profundamente a percepção e a relação dos habitantes com o local. Percebemos que em Paraty, assim como ocorre em muitos centros históricos, apesar de não ter ocorrido um grande evento ou obra de requalificação que alterasse as características do local de imediato, a população tradicional que ocupava originariamente os casarios do Bairro se transferiu para outras localidades. Essa alteração, no entanto, se deu de maneira gradual e ainda vem ocorrendo. Podemos considerar que um processo de gentrificação vem acontecendo desde a patrimonialização do Conjunto.

As entrevistas atingiram uma população de usuários do local acima de 40 anos, o que poderia caracterizar um real distanciamento das novas gerações em relação aos valores atribuídos ao patrimônio pelas gerações passadas. A maioria dos jovens filhos das famílias tradicionais ainda residentes no Bairro Histórico não vive mais na cidade, ou transferiu-se para outros bairros.

Uma das principais críticas ao Iphan está relacionada à evasão da população originária do Bairro Histórico, por falta de meios para custear a manutenção das casas. A preservação material foi priorizada pela Instituição, deixando-se perder a relação imaterial do paratiense com o Conjunto de casas antigas. Nas décadas de 1960 e 1970, a Instituição custeava obras em casas antigas e intercedia por empréstimos bancários em favor dos proprietários. Essa relação se perdeu, e atualmente não há qualquer incentivo fiscal para os proprietários de imóveis no Bairro Histórico, seja por parte da Instituição, seja por parte da prefeitura.

Muitos entrevistados questionam o atual quadro de preservação das edificações e o discurso desgastado do Instituto na cidade. Acreditamos que, ao rever as normativas de preservação inerentes ao sítio, a Instituição poderia se abrir para uma reflexão mais profunda, ao invés de se ater apenas a alguns pontos técnicos sobre obras e reparos. A partir da percepção de que muito se alterou no Conjunto tombado, desde a década de 1950, a visão deste como um todo homogêneo deve ser revista para que se identifiquem entre as edificações quais ainda mantêm preservadas as características que se procurou ressaltar com o tombamento, ou seja, a criação de conjuntos de edificações dentro do conjunto tombado com diferentes níveis de permissividade e controle, de acordo com o grau de preservação do imóvel. Caso contrário, a aplicação de critérios de intervenção para imóveis que conservam um sistema tradicional de construção continuará sendo aplicada para o conjunto inteiro.

Retomando a ideia das retóricas holísticas, percebemos que as novas gerações têm de lidar com contradições na preservação de um Conjunto protegido, cuja justificativa foi salvaguardar além de edificações de sistema tradicional construtivo um modo de vida representativo de um período da história da cidade, mas que atualmente se constitui como um bairro de comércio e veraneio. Essa questão remete à identidade e à memória dos habitantes da cidade. As memórias fragmentadas surgem da ausência de grandes memórias

organizadoras o que gera um processo geral de individualização da memória. Segundo Candau (2014) atualmente, as memórias fortes, hierarquizadas, unificadoras, têm-se aniquilado diante de memórias mais fracas, provocando a construção de identidades plurais, fragmentadas e móveis. Com isso, as retóricas holísticas atingem cada vez mais memórias e identidades muito particulares e limitadas a grupos cada vez mais fragmentados.

Dentre os entrevistados pudemos identificar significativas críticas à instituição no que diz respeito à permissividade desta com relação às novas obras em edificações do Bairro Histórico. Podemos perceber um real interesse na manutenção e preservação das características das casas do Conjunto, assim como a vocação deste para uso residencial, de forma a valorizar e talvez reconstruir uma identidade local enfraquecida pelo turismo. Ao mesmo tempo em que é possível perceber o fenômeno da “homogeneização cultural”, decorrente da influência global que o turismo fomenta no cotidiano da cidade e que amplia o sentido de fragmentação das identidades locais, podemos perceber também, como vimos, um novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades ditas purificadas.

Acreditamos ser necessário o retorno ao diálogo entre o pessoal, o coletivo e o institucional para que se descubram novos caminhos e tendências para a salvaguarda do sítio, de forma que se assumam uma conduta de preservação coerente e que faça sentido para a realidade local. Neste sentido, a demanda de uma revisão nos critérios de intervenção, adotados pela Instituição e em vigência no Município para o Bairro Histórico de Paraty é de suma importância. Uma normativa atualizada exigiria um trabalho de hierarquização entre as casas do conjunto, com critérios distintos e levando-se em conta a dinâmica urbana, assim como um esforço para tentar resgatar ao Bairro Histórico de Paraty as características inerentes a um centro histórico que participa do cotidiano da cidade e não se isola como um cenário turístico, assim como ações de incentivo vindas da prefeitura para a manutenção dos aspectos ressaltados nas entrevistas.

Acreditamos ainda ser necessária uma reflexão por parte, não apenas das Instituições de preservação, mas da sociedade sobre os caminhos que se pretendem conquistar para a cidade. Mesmo com a percepção de que o Conjunto atualmente tenha se transformado em um espaço muito mais voltado para o turista, e mesmo com todas as críticas existentes a esse

contexto, os habitantes, em sua maioria, se orgulham de ostentar o título de patrimônio nacional, pois lhes dá a reconfortante impressão de que residem em um local que mantém valores que devem ser transmitidos e que conta com uma identidade consolidada, por meio de seu modo de vida e tradições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. Informação n. 15, de 1957, sobre o pedido de tombamento do Conjunto Arquitetônico de Paraty. In: *Processo de tombamento de Paraty*. Arquivo Escritório Técnico II Costa Verde/Seção Bairro Histórico

CANAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CONSCIÊNCIA, Ana. *Postal de Paraty*. Monografia (Licenciatura em Arquitetura), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11313>>. Acesso em: 22 ago. 2016

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PARATY. *Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty-RJ*: Dossiê de candidatura. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_divino_Paraty.pdf>. Acesso em 22 ago. 2016.

MELLO e SOUZA, Marina. *Paraty, a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

NITO, Mariana Kimie da Silva; PRIESTER, Mariana Freitas. *Destombamento, explorando uma política pública controversa: o caso de São João Marcos*. Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de 2015, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

THOMPSON, Analucia (Org.). *Entrevista com Augusto Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

Entrevistados - Todas as entrevistas foram realizadas em março de 2015.

Sueli Serra, 61 anos. Aposentada. Natural de Paraty.

Pedro Malvão, 46 anos. Artista plástico. Natural de Paraty.

Sirley Dantas. Comerciante. Natural de Paraty.

Claudia Lucia de Castro, 54 anos. Professora. Natural de Paraty.

Maria Inês Gibrail Costa Campos, 66 anos. Empresária. Natural de Paraty.

Carlos Luiz França Conti, 83 anos. Aposentado. Natural de Paraty.

Benedita Vieira de Oliveira, 87 anos. Aposentada. Natural de Paraty.

Patricia Sada Vilarreal, 63 anos. Artista plástica. México.

Antônio Carlos A. Marques, 75 anos. Aposentado. Natural de Minas Gerais.

Caudia Scatamacchia, 69 anos. Desenhista. Natural de São Paulo.

Sandra R. Santos Cermelli, 50 anos. Natural de São Paulo.

Simon James Clift, 57 anos. Aposentado. Europa.

Ricardo Inke, 57 anos. Artista plástico. Natural do Rio de Janeiro.

José Cássio Wallerstein. Arquiteto. Natural de São Paulo.

Márcio Antônio Franco, 57 anos. Artista plástico. Natural de Minas Gerais.

Théo Rameck, 77 anos. Aposentado. Natural de Paraty.

Lúcio Cruz. Artista plástico. Natural de Paraty.

Charles Abel de Oliveira. Aposentado. Natural de Paraty.

Rita de Cassia Melo Marques, 54 anos. Funcionária Pública. Natural de Paraty.

Renato Tavolaro. Arquiteto. Natural de São Paulo.

Artigo recebido em: 26/08/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016